



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

229

HABEAS CORPUS Nº 0205820-6
COMARCA: ITAMBÉ
VARA: VARA ÚNICA
IMPETRANTE: DR. KLEBER CÉSAR RODRIGUES GUEDES
PACIENTE: KLEYTON VINÍCIUS PONTES MARTINS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO
(CONVOCADO)

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. LATROCÍNIO. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE QUE RESPONDE POR OUTROS CRIMES. RESGUARDAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUGA DO DISTRITO DO CRIME APÓS O COMETIMENTO DA INFRAÇÃO. PEDIDO DE LIBERDADE PROVÍSÓRIA. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. CONDIÇÕES SUBJETIVAS DO AGENTE. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE.

I. Quando os motivos externados pela apontada autoridade coatora são concretos e indicam a real necessidade de se resguardar a ordem pública, em face da periculosidade do paciente que continuou a praticar delitos, após o crime em apreço, respondendo a outras ações penais, e para resguardar a aplicação da lei penal, haja vista evasão do distrito da culpa após o cometimento do crime, atendidos estão os requisitos exigidos pela lei processual penal para a decretação da prisão preventiva.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

230

II – As condições subjetivas do agente não são suficientes por si só para a concessão de liberdade provisória ao agente, primordialmente quando tais atributos não foram demonstrados no feito.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0205820-6, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



231

HABEAS CORPUS Nº	0205820-6
COMARCA:	ITAMBÉ
VARA:	VARA ÚNICA
IMPETRANTE:	DR. KLEBER CÉSAR RODRIGUES GUEDES
PACIENTE:	KLEYTON VINÍCIUS PONTES MARTINS
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO:	DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR:	DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado por Kleber César Rodrigues Guedes em favor de **Kleyton Vinícius Pontes Martins**, qualificado à fl. 02, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itambé.

Segundo consta dos autos, o Paciente encontra-se custodiado desde 21/12/20099, por força de decreto de prisão preventiva expedido no Proc. nº. 221.2005.000054-0, no qual foi denunciado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 3º, do Código Penal¹, em concurso com mais dois corréus.

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



232

Em síntese, aduz o Impetrante estar o Paciente sofrendo constrangimento ilegal por não se fazerem presentes, *in casu*, os fundamentos da prisão preventiva, sustentando, ainda, que faz jus ao benefício da liberdade provisória, mormente por ser primário, portador de bons antecedentes, residência fixa e profissão definida.

A exordial veio instruída com os documentos de fls. 10/15.

Pedido liminar indeferido às fls. 22/23.

A apontada autoridade coatora apresentou informações às fls. 27/28, onde noticia inexistir constrangimento ilegal, haja vista que permanecem presentes os motivos que ensejaram a custódia cautelar do paciente, em especial possível envolvimento do acusado em vários crimes na região.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, à fl. 59, na pessoa de José Correia de Araújo, opinou pela denegação da ordem.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



233

HABEAS CORPUS Nº	0205820-6
COMARCA:	ITAMBÉ
VARA:	VARA ÚNICA
IMPETRANTE:	DR. KLEBER CÉSAR RODRIGUES GUEDES
PACIENTE:	KLEYTON VINÍCIUS PONTES MARTINS
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO:	DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
ÓGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR:	DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

VOTO

O presente *writ* tem por fundamento a existência de constrangimento ilegal contra o paciente, ante a: a) inexistência de fundamentos para a decretação da prisão preventiva; e b) possibilidade de concessão de liberdade provisória ao paciente.

Pois bem.

Consoante se observa da decisão que determinou a custódia provisória do acusado (fls. 10/13), os motivos externados pela apontada autoridade coatora são concretos, não somente consubstanciados na gravidade abstrata do crime, mas na real necessidade de se garantir a ordem pública, em face da periculosidade do agente, que, mesmo tendo sua culpabilidade apurada em juízo, demonstrou ser dado à prática de outros delitos, deixando temerosa a comunidade local, como se infere da certidão de fl. 10.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



234

Verifica-se, outrossim, do sistema *judwin*, que o paciente, a despeito de ser tecnicamente primário, dada a inexistência de condenação com trânsito em julgado, responde a vários feitos criminais, dentre os quais se destacam a prática de homicídio e porte ilegal de arma (processos nºs. 415.2008.000280-0 e 221.2006.000025-0), não excetuando outros três Termos Circunstanciados de Ocorrência, em trâmite na referida Comarca, como bem ressaltou a apontada autoridade coatora na decisão ora impugnada, inclusive de receptação dolosa.

Além disso, a segregação é exigida para resguardar a aplicação da lei penal, porquanto o acusado, após a prática do delito descrito neste feito, evadiu-se do local.

Desse modo, os fundamentos supracitados são idôneos, porquanto demonstram os atributos exigidos por lei para a custódia cautelar. Nesse sentido, trago à colação excerto do acórdão lavrado no HC nº. 124622/PE pelo Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, oriundo da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 08/08/2009:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR. DECRETO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE QUE JÁ RESPONDE POR OUTROS CRIMES. AMEAÇA ÀS TESTEMUNHAS. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPROPRIEDADE DO MANDAMUS. INDÍGENA. POSSIBILIDADE DE CUMPRIR A CUSTÓDIA EM ESTABELECIMENTO DA FUNAI. ART. 56, PARÁG. ÚNICO DA LEI 6.001/73 (ESTATUTO DO ÍNDIO). PARECER DO MPF PELA CONCESSÃO PARCIAL DO WRIT. ORDEM PARCIALMENTE

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

235

CONCEDIDA, PARA, CASO A FUNAI ATESTE A VIABILIDADE EM RECEBER O PACIENTE, POSSIBILITAR AO MESMO O CUMPRIMENTO DA SUA CUSTÓDIA CAUTELAR NA UNIDADE ADMINISTRATIVA MAIS PRÓXIMA DE SUA HABITAÇÃO.

1. *Omissis.*

2. *Omissis.*

3. *In casu, além de comprovada a materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, a prisão cautelar foi decretada para preservação da ordem pública, em razão da periculosidade do paciente que já responde pela prática de outros crimes e da ameaça perpetrada às testemunhas.*

4. *Omissis.*

5. Parecer do MPF pela parcial concessão do *writ*.

6. Ordem parcialmente concedida, para que, caso a FUNAI ateste a viabilidade em receber o paciente, seja possibilitado ao mesmo o cumprimento de sua custódia cautelar na unidade administrativa mais próxima de sua habitação." (grifos acrescentados)

O art. 312², do CPP, exige para a decretação da prisão preventiva prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, que não são questionados no presente *writ*, cumulados com um dos requisitos nele descritos, a saber: *garantia da ordem pública, da ordem econômica, conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

A prisão do paciente está, inclusive, em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que permite a segregação provisória quando os requisitos descritos no artigo da Lei Adjetiva Penal

² Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 8.814, de 11.6.1994)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



236

acima citado forem concretamente justificados pela autoridade judicial, o que ocorreu no caso em comento.

Por outro lado, as condições pessoais do agente (primariedade, bons antecedentes, residência e emprego fixos) não são suficientes a justificar a concessão da liberdade provisória, em especial quando estão presentes os demais requisitos que autorizam a custódia preventiva.

Outrossim, mesmo que os atributos subjetivos do agente permitissem o deferimento da benesse supra, eles sequer foram comprovados pelo impetrante neste feito.

Com esses fundamentos, inexistindo coação ilegal a ser sanada, **voto** para denegar a ordem.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto